



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO  
Campus Cuiabá  
Coordenação de Compras e Licitações

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
Processo Administrativo nº. [23194.004171.2021-16](#)

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preço para eventual e futura contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem de competições esportivas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva, contendo modalidades diversas, atendendo as demandas desde o preparo e organização dos locais de competição, bem como a disponibilização dos equipamentos e materiais necessários à prática esportiva de acordo com as normas de cada confederação, conforme condições, quantidades exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes, estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL. ESTIMADO
	1	Serviços de Arbitragem na modalidade de <b>Atletismo, por profissional</b> , com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federado pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, uniformizado e com equipamentos de arbitragem como apito, súmulas e outros.  Deverão ainda ser disponibilizados os seguintes materiais: cronômetros, blocos de saída, sinais de partida, discos de arremesso, dardos de lançamento, peso de arremesso, bandeiras, sarrafo, poste e kit área de queda para salto em altura, bastões de revezamento, trenas e demais equipamentos e materiais necessários à perfeita execução das modalidades de acordo com as normas da confederação.  Transporte e alimentação do árbitro, inclusos. Experiência em eventos esportivos educacionais.  Diária de 08 (oito) horas - 01 (um profissional).	Diárias	20	R\$ 379,00	R\$ 7.580,00
	2	Serviços de Arbitragem na modalidade de <b>Basquetebol, por profissional</b> , com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federado pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, uniformizado e com equipamentos de arbitragem como cronômetro, placar, apito, cartões, súmulas e outros.  Transporte e alimentação do árbitro, inclusos. Experiência em eventos esportivos educacionais.  Diária de 08 (oito) horas - 01 (um profissional).	Diárias	30	R\$ 495,67	R\$ 14.870,10

01	3	<p>Serviços de Arbitragem na modalidade de <b>Futsal, por profissional</b>, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federado pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, uniformizado e com equipamentos de arbitragem como cronômetro, placar, apito, cartões, súmulas e outros.</p> <p>Transporte e alimentação do árbitro, inclusos. Experiência em eventos esportivos educacionais.</p> <p>Diária de 08 (oito) horas - 01 (um profissional).</p>	Diárias	50	R\$ 479,75	R\$ 23.987,50
	4	<p>Serviços de Arbitragem na modalidade de <b>Handebol, por profissional</b>, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federado pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, uniformizado e com equipamentos de arbitragem como cronômetro, placar, apito, cartões, súmulas e outros.</p> <p>Transporte e alimentação do árbitro inclusos. Experiência em eventos esportivos educacionais.</p> <p>Diária de 08 (oito) horas - 01 (um profissional).</p>	Diárias	30	R\$ 452,00	R\$ 13.560,00
	5	<p>Serviços de Arbitragem na modalidade de <b>Natação, por profissional</b>, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federado pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, uniformizado e com equipamentos de arbitragem como cronômetro, apito, súmulas e outros.</p> <p>Transporte e alimentação do árbitro inclusos. Experiência em eventos esportivos educacionais.</p> <p>Diária de 08 (oito) horas - 01 (um profissional).</p>	Diárias	6	R\$ 367,80	R\$ 2.206,80
	6	<p>Serviços de Arbitragem na modalidade de <b>Vôlei de Quadra, por profissional</b>, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federado pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, uniformizado e com equipamentos de arbitragem como cronômetro, placar, apito, cartões, súmulas e outros.</p> <p>Transporte e alimentação do árbitro inclusos. Experiência em eventos esportivos educacionais.</p> <p>Diária de 08 (oito) horas - 01 (um profissional).</p>	Diárias	30	R\$ 398,78	R\$ 11.963,40
	7	<p>Serviços de Arbitragem na modalidade de <b>Xadrez, por profissional</b>, com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federado pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, uniformizado e com equipamentos de arbitragem como relógios para xadrez (caso necessário), súmulas e outros.</p> <p>Transporte e alimentação do árbitro inclusos. Experiência em eventos esportivos educacionais.</p> <p>Diária de 08 (oito) horas - 01 (um profissional).</p>	Diárias	8	R\$ 467,55	R\$ 3.740,40
		Serviços de Arbitragem na modalidade de <b>Futebol de Campo, por profissional</b> , com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federado pela				

8	entidade de administração esportiva oficial da modalidade, uniformizado e com equipamentos de arbitragem como cronômetro, placar, placa de substituição, bandeiras, apito, cartões, súmulas e outros.  Transporte e alimentação do árbitro inclusos. Experiência em eventos esportivos educacionais.  Diária de 08 (oito) horas - 01 (um profissional).	Diárias	15	R\$ 500,75	R\$ 7.511,25
9	Serviços de Arbitragem na modalidade de <b>Judô, por profissional</b> , com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federado pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, uniformizado e com equipamentos de arbitragem como cronômetro, placar, súmulas e outros.  Transporte e alimentação do árbitro inclusos. Experiência em eventos esportivos educacionais.  Diária de 08 (oito) horas - 01 (um profissional).	Diárias	8	R\$ 573,00	R\$ 4.584,00
10	Serviços de Arbitragem na modalidade de <b>Tênis de Mesa, por profissional</b> , com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federado pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, uniformizado e com equipamentos de arbitragem como placar, súmulas e outros.  Transporte e alimentação dos árbitro, inclusos. Experiência em eventos esportivos educacionais.  Diária de 08 (oito) horas - 01 (um profissional).	Diárias	6	R\$ 509,16	R\$ 3.054,96
11	Serviços de Arbitragem na modalidade de <b>Vôlei de Praia, por profissional</b> , com curso oficializado pela confederação brasileira da modalidade, federado pela entidade de administração esportiva oficial da modalidade, uniformizado e com equipamentos de arbitragem como cronômetro, placar, apito, cartões, súmulas e outros.  Transporte e alimentação do árbitro, inclusos. Experiência em eventos esportivos educacionais.  Diária de 08 (oito) horas - 01 (um profissional).	Diárias	30	R\$ 399,78	R\$ 11.993,40
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 105.051,81</b>

**1.2.** Havendo divergência entre a descrição do objeto constante no edital e a descrição do objeto constante no site do COMPRASNET ou na nota de empenho, prevalecerá, sempre, a descrição deste edital.

**1.2.1.** O código relacionado ao Catálogo de Serviços - CATSER para os itens a serem contratados é o **18449**.

**1.3.** A demanda fora levantada tendo em vista a estimativa de diárias necessárias para prestação de serviços no evento "VII JIFMT - 2022" e, ainda, com previsão para jogos intercursos a serem realizados no âmbito deste Campus Cuiabá.

**1.4.** O objeto desta licitação apresenta padrões de desempenho e qualidade que estão aqui descritos objetivamente por meio de suas especificações, sendo, pois, considerados serviços comuns nos termos do Art. 1º. da Lei 10.520 de 2002.

**1.5.** Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados nas tabelas acima.

**1.6.** O prazo de vigência desta contratação é de 12 (doze) meses, de modo improrrogável.

**1.7.** A contratação dos serviços relacionados a arbitragem resta estruturada em **grupo/lote**, de modo a garantir a padronização da execução, otimizá-la, bem como mitigar os riscos de gerenciamento do evento. Sem o agrupamento, corre-se o risco haver necessidade de gerenciar diferentes empresas e equipes, o que potencializaria a chance de

intercorrências prejudiciais ao evento. Uma vez que as competições em suas diferentes modalidades ocorrerão de forma simultânea, o sincronismo é imprescindível para alcançar os objetivos dos eventos.

**1.8.** Em conformidade com o Art. 15, II, da Lei nº. 8.666/93, as compras públicas, sempre que possível, serão processadas através do Sistema de Registro de Preços - SRP. Acerca do tema, o Decreto nº 7.892/13, apresenta o seguinte:

**1.8.1.** Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

**1.8.1.1.** I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

**1.8.1.2. II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;**

**1.8.1.3.** III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

**1.8.1.4. IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração** (grifamos).

**1.8.2.** Conclui-se que a presente licitação enquadra-se na hipótese previstas nos Inc. II e IV do decreto supracitado, o serviço em questão é de interesse institucional e deve ser executada por meio do Sistema de Registro de Preços.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1. Motivação da aquisição/contratação**

**2.1.1.** A presente contratação visa auxiliar nos trabalhos de fomento à prática esportiva no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, bem como atender as demandas do VII Jogos do Instituto Federal de Mato Grosso – VII JIFMT 2022 – Campus Cuiabá "Cel. Octayde Jorge da Silva".

**2.1.2.** O VII JIFMT têm como finalidades a inclusão e integração sociocultural, a valorização do caráter educativo e socializador do desporto, o fomento das práticas desportivas e de lazer nos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso e a humanização da prática desportiva, através de momentos desportivos e culturais entre a comunidade escolar, evento previsto para o mês de maio de 2022.

**2.1.3.** Atualmente, essa prestação de serviço de arbitragem nos garante uma maior legitimidade no processo de execução das atividades esportivas educacionais. A demanda de contratação tem por objetivo atender uma especificação na prática esportiva escolar, no decorrer da realização de eventos esportivos no IFMT. Essa especificidade se dá pela não existência deste profissional em nossa instituição. Um contrato de prestação de serviço de arbitragem nos moldes demandados é essencial para garantir o efetivo cumprimento das regras esportivas no decorrer dos jogos.

**2.1.4.** Pontua-se ainda que a contratação servirá para atendimento, além do VII JIFMT, de jogos intercursos a serem realizados no âmbito deste Campus Cuiabá em 2022 e 2023 e, desta forma, considerando o planejamento em curso e variáveis a serem observadas para a organização destes eventos, estimou-se a demanda de serviços com base nas contratações realizadas anteriormente, não sendo possível o levantamento objetivo das quantidades necessárias.

**2.1.4.1.** Considerando o exposto acima, optou-se pela realização de processo licitatório através do Sistema de Registro de Preços, conforme item 1.8 deste Termo de Referência.

### **2.2. Objetivos da aquisição/contratação:**

**2.2.1.** A contratação de pessoa jurídica especializada em prestação de serviços de arbitragem, com fornecimento de toda mão de obra, tem como objetivos:

**2.2.1.1.** Maior transparência no processo de execução das múltiplas modalidades desportivas existentes nos eventos a serem realizados, principalmente, o VII JIFMT - 2022;

**2.2.1.2.** Disponibilização de profissionais habilitados para arbitragem dos eventos esportivos;

**2.2.1.3.** Dinamismo e celeridade nos trâmites administrativos, esportivos e principalmente disciplinares.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

**3.1.** Conforme pormenorizado em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, a solução viável para atendimento da demanda existente é a contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem de competições esportivas contendo modalidades diversas, atendendo as demandas desde o preparo e organização dos locais de competição, bem como a disponibilização dos equipamentos e materiais necessários à prática esportiva de acordo com as normas de cada confederação.

## **4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.1.** Os itens que integram o objeto da presente licitação enquadram-se na classificação de serviço comum, nos termos da

Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

**4.2.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

**4.3.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**5.1.** Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

**5.1.1.** A contratada deverá, além de suprir as necessidades do serviço descritas no item 1, atender aos seguintes requisitos:

**5.1.1.1.** Ter a plena consciência que o evento é de natureza educacional, ou seja, a prestação do serviço deverá ser realizada de forma pedagógica, humanista e explicativa;

**5.1.1.2.** Ao início das competições, fornecer as orientações necessárias aos atletas e comissões técnicas acerca das regras aplicadas, de acordo com a modalidade;

**5.1.1.3.** Caberá à Contratada o fornecimento dos materiais necessários à prestação dos serviços, conforme elencado nas especificações dos itens;

**5.1.1.4.** A Contratada deverá apresentar à Administração, em até 10 (dez) dias antes do evento: a relação dos árbitros que atuarão no evento, indicando nome completo, número do documento de identificação, função, indicação da modalidade em que atuará, comprovação da experiência do profissional em arbitragem e comprovação da filiação do profissional à federação esportiva oficial da modalidade.

**5.1.1.5.** Todas as despesas para a completa realização dos serviços, como transporte, estadia, alimentação, entre outras da equipe de profissionais, bem como dos materiais envolvidos na prestação do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência, deverão estar inclusas no preço proposto.

**5.2.** Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**6.1.** Os serviços serão executados de forma eventual, mediante emissão de Ordem de Serviço, com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência.

**6.2.** Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

**6.2.1.** Os profissionais disponibilizados para o serviço de arbitragem devem ser filiados à Federação Mato-Grossense ou pertencentes à Liga Local;

**6.2.2.** Os árbitros e seus auxiliares deverão atender aos seguintes critérios:

**6.2.2.1.** Ter capacitação atestada pelas Federações ou Ligas locais, tais como Certificado de Curso de Arbitragem na modalidade esportiva licitada, realizado em instituição regularmente autorizada;

**6.2.2.2.** Fazer parte do quadro de árbitros da Confederação ou Federação;

**6.2.2.3.** Estar dentro das normas das entidades gestoras dos esportes em questão: (Confederação e Federações);

**6.2.2.4.** Cumprir com os horários de início dos eventos, por modalidades esportivas, comparecendo aos locais dos eventos com, no mínimo, 10 (dez) minutos de antecedência ao horário estabelecido para seu início;

**6.2.2.5.** Respeitar todos os envolvidos no processo (atletas, técnicos, comissão técnica, público) em toda e qualquer situação, atuando de maneira gentil, isenta e imparcial;

**6.2.2.6.** Reprimir todo e qualquer tipo de intolerância oriundas de diferenças étnicas, de cor, gênero, crença religiosa, portadores de deficiência, orientação política, e condição marital sociorregional;

**6.2.2.7.** Desempenhar um trabalho de arbitragem pedagógica, humanística e explicativa;

**6.2.2.8.** Compreender em todos os aspectos que os eventos esportivos do IFMT possuem caráter educacional e visa contribuir para a efetivação da missão desta instituição, que é educação para a vida e para o trabalho;

**6.2.2.9.** Ter idade mínima de 18 anos.

**6.2.3.** A Contratada deverá realizar Congresso técnico no Campus Sede, conforme convocação pelo representante da Comissão de Desporto, para sorteio das chaves e organizar as tabelas de confronto com datas, locais e horários de cada confronto, modalidade e prova;

**6.2.4.** A Contratada deverá elaborar e encaminhar à secretaria do evento os boletins diários impressos e online especificando além dos resultados dos jogos as penalidades aplicadas, scout de jogos e tabela com cronograma atualizado dos jogos, em até 2 (duas) horas ao término do último jogo do dia;

- 6.2.5.** A Contratada deverá apresentar à Comissão de Desporto um responsável técnico para cada modalidade;
- 6.2.6.** A Contratada deverá apresentar à Comissão de Desporto, em um prazo de até 15 (quinze) dias após a publicação dos resultados do certame, um representante legal da empresa, responsável pela obtenção de informações necessárias à perfeita execução dos eventos, bem como a gestão e execução dos serviços estabelecidos no presente Termo de referência;
- 6.2.7.** A Contratada deverá apresentar à secretaria dos eventos, relatório técnico final com o resultado de todos os jogos e classificação final;
- 6.2.8.** A Contratada deverá apresentar à Comissão de Desporto, com o prazo mínimo de 10 (dez) dias do início do evento, a relação dos árbitros que atuarão no evento, indicando nome completo, número do documento de identificação, função, indicação da modalidade em que atuará, comprovação da experiência do profissional em arbitragem e comprovação da filiação do profissional à federação esportiva oficial da modalidade;
- 6.2.9.** A Contratada deverá realizar com antecedência mínima de 05 (cinco) dias do início do evento, com a presença de representantes do IFMT, visita técnica de reconhecimento dos locais de competição, na cidade de Cuiabá – MT;
- 6.2.10.** A hospedagem (caso necessário), alimentação e o deslocamento dos árbitros são de responsabilidade da empresa contratada, não constituindo quaisquer vínculos com o IFMT.
- 6.2.11.** Salientamos que os itens serão solicitados de acordo com a demanda e porte do evento a ser realizado. Não será aceita proposta com valor unitário superior aos valores máximos fixados neste estudo.
- 6.2.12.** No caso de cancelamento do evento, a CONTRATADA deverá ser comunicada no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes da data previamente marcada para a utilização dos serviços, sem prejuízo a CONTRATANTE.

## **7. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

- 7.1.** A demanda do Órgão Gerenciador tem como base as seguintes características:
- 7.1.1.** Nos preços propostos e nos lances que a licitante vier a fornecer já deverão estar incluídos todos os custos necessários para a prestação dos serviços, tais como, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, transporte, alimentação, hospedagem, deslocamento e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constante da proposta;
- 7.1.2.** Na diária será considerado o período de até 08 (oito) horas de efetiva prestação de serviços;
- 7.1.3.** A quantidade exigida de profissionais por dia e por modalidade será determinada pelo requisitante no momento do envio da ordem de serviço e de nota de empenho;
- 7.1.4.** É de total e exclusiva responsabilidade da adjudicatária:
- 7.1.4.1.** Todo e qualquer dano ou prejuízo que causar ao IFMT, ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários;
- 7.1.4.2.** Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do objeto em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o este IFMT de qualquer solidariedade ou responsabilidade.
- 7.1.5.** Desde já a adjudicatária autoriza ao IFMT, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.
- 7.1.6.** A prestação de serviços será na cidade de Cuiabá-MT.
- 7.1.7.** A Contratada deverá fornecer os materiais e equipamentos necessários para a prestação dos serviços de arbitragem pelos profissionais designados, conforme descrição dos itens disponibilizada no item 1.1. deste Termo de Referência.
- 7.1.7.1.** Para o item 01 - **Serviços de Arbitragem para a modalidade Atletismo** - deverão ser disponibilizados ainda os seguintes materiais: cronômetros, blocos de saída, sinais de partida, discos de arremesso, dardos de lançamento, peso de arremesso, bandeiras, sarrafo, poste e kit área de queda para salto em altura, bastões de revezamento, trenas e demais equipamentos e materiais necessários à perfeita execução das modalidades de acordo com as normas da confederação.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**8.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**8.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**8.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas

**8.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

**8.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

**8.6.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

**8.6.1.** exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

**8.6.2.** direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

**8.6.3.** promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

**8.6.4.** considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

**8.7.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

**8.8.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

**8.9.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

**8.10.** Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

**8.11.** Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**8.12.** Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

**9.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**9.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

**9.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**9.5.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo

em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

**9.6.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

**9.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

**9.8.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**9.9.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**9.10.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**9.11.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

**9.12.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

**9.13.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**9.14.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

**9.15.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**9.16.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**9.17.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

**9.18.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**9.19.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**9.20.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

**9.21.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

**9.22.** Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

**9.22.1.** O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;



**9.22.2.** Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

## **10. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**10.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**11.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**12.1.** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.2.** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**12.3.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.4.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.5.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

**12.6.** A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

**12.7.** Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

**12.8.** O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**12.9.** Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**12.10.** A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

**12.11.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

**12.12.** O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente

para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

**12.13.** As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

**12.14.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

### **13. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

**13.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo A deste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**13.2.** Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**13.2.1.** não produziu os resultados acordados;

**13.2.2.** deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

**13.2.3.** deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### **14. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**14.1.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

**14.2.** No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

**14.3.** O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

**14.3.1.** A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

**14.3.1.1.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

**14.3.1.2.** A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**14.3.1.3.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**14.4.** No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

**14.4.1.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**14.4.2.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**14.4.2.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

**14.5.** No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

**14.5.1.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**14.5.2.** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**14.5.3.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base na listagem de inclusões/ exclusões de alunos/ estagiários.

**14.6.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

**14.7.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **15. DO PAGAMENTO**

**15.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**15.1.1.** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**15.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**15.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

**15.3.1.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**15.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**15.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**15.6.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**15.7.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

**15.8.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**15.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos

órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**15.10.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

**15.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

**15.11.1.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

**15.12.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**15.12.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**15.13.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## **16. DO REAJUSTE**

**16.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

## **17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**17.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, tendo em vista a natureza do objeto a ser contratado, considerado como de baixa complexidade, sendo este, a eventual e futura contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem de competições esportivas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva.

## **18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**18.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

**18.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as

seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa de:**

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) **Sanção de impedimento de licitar e contratar** com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**18.3.** A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

**18.4.** As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**18.5.** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO
----------

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

**18.6.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

**18.6.1.** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**18.6.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**18.6.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**18.7.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**18.8.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e

cobrados judicialmente.

**18.8.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**18.9.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**18.10.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**18.11.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**18.12.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**18.13.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**18.14.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**19.1.** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

**19.2.** Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

**19.3.** Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles previstos no edital do certame.

**19.4.** O critério de julgamento da proposta é o menor preço.

**19.5.** As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## **20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

**20.1.** O custo estimado da contratação é de **R\$ 105.051,81 (cento e cinco mil e cinquenta e um reais e oitenta e um centavos)**.

## **21. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**21.1.** Com o efeito da contratação poderá haver descarte de resíduos plásticos e outros materiais, de modo que, se mal descartadas, podem trazer danos ambientais com a possível contaminação do solo ou água.

**21.1.1.** O art. 33 da Lei nº 12.305 de 02 de Agosto de 2010, recomenda a obrigação das empresas estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, o contratante deve verificar o cumprimento de tal obrigação.

**21.2.** Além disso, deve-se obedecer outros critérios normativos de sustentabilidade, qual sejam:

**21.2.1.** Decreto nº 7.746/2012 e suas alterações (Decreto Nº 9.178/2017);

**21.2.2.** Instrução Normativa SLTI/MP Nº 01, de 2010;

**21.2.3.** Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU.

## **22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**22.1.** A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento

equivalente.

### 23. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

23.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela [PORTARIA 48/2022 - CBA-GAB/CBA-DG/CCBA/RTR/IFMT, de 17 de março de 2022](#).

**ILSON DIAS DA SILVA**

Comissão Organizadora Central do "VII Jogos dos Instituto Federal de Mato Grosso - JIFMT"  
Portaria IFMT nº 2690/2021 - RTR-SRDA/RTR-CG/RTR-GAB/RTR/IFMT, de 6 de dezembro de 2021  
Professor EBTT / Coordenador de Educação Física  
Matrícula SIAPE nº. 2058953

**ALDO RICCI FIGUEIREDO FILHO**

Assistente em Administração  
Matrícula SIAPE nº. 1578847

**EMILSON PINTEL ZATTAR**

Assistente em Administração - Coordenador de Compras e Licitações  
Portaria IFMT nº. 150, de 31/05/2017  
Matrícula SIAPE nº. 2277444

### 24. APROVAÇÃO DO DOCUMENTO PELO ORDENADOR DE DESPESAS DA UASG

24.1. Considerando o atendimento aos requisitos legais, bem como a necessidade de aquisição dos itens elencados no instrumento de planejamento acima, **APROVO** o presente Termo de Referência.

**ALCEU APARECIDO CARDOSO**

Diretor Geral do Campus Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva  
Portaria nº. 727/2021, de 19/04/2021 / DOU 20/04/2021 | Edição: 73 | Seção: 2 | Página: 18  
Matrícula SIAPE nº. 2156088

Local e data de emissão: Cuiabá-MT, 31 de maio de 2022.

Documento assinado eletronicamente por:

- Ilson Dias da Silva, COORDENADOR - FG2 - CBA-CAEF, em 31/05/2022 11:56:07.
- Emilson Pintel Zattar, COORDENADOR - FG0001 - CBA-CCL, em 31/05/2022 12:00:40.
- Aldo Ricci Figueiredo Filho, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO, em 31/05/2022 12:07:26.
- Alceu Aparecido Cardoso, DIRETOR GERAL - CD0002 - CBA-DG, em 31/05/2022 12:32:14.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 30/05/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 363821  
Código de Autenticação: fd64595983





